


ATA DA 254ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado situada na Rua Boa Vista, nº 200, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Antonio José Maffezoli Leite, Bruno Diaz Napolitano, Luis Cesar Rossi Francisco, Denise Nakano Veronezi, Juliana Garcia Belloque, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Pedro Antonio de Avellar, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques Márcia Regina Garutti, Octavio Ginez de Almeida Bueno, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Deu-se início aos trabalhos às 09h37min horas. A Presidente encaminhou a ata da 253ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. A Presidente deu início aos trabalhos pelo concurso de remoção a pedido. Não havendo interessados, deu-se por encerrado o certame. Passou-se a sessão solene de posse do Defensor Público Felipe Balduino. Após a leitura do termo de compromisso e assinatura do termo de posse, a presidente desejou boas vindas ao colega e discursou sobre a instituição e abriu a palavra aos Conselheiros para manifestação. A Conselheira Luciana Zaffalon parabenizou o colega pela escolha e teceu palavras sobre as bases democráticas da instituição. A Conselheira Denise parabenizou o colega pela posse e parabenizou sua escolha. Encerrado o concurso de remoção, tendo tomado posse o novo Defensor Público Felipe Balduino, passou-se a escolha de vagas pelo Defensor. Neste momento, chegou uma candidata atrasada e pleiteou pudesse fazer a escolha de vagas. A presidente encaminhou a discussão de reabrir o concurso de remoção com a chegada de uma nova inscrita. O Conselho Superior entendeu que as formalidades devem ser respeitadas e decidiram pelo encerramento do concurso, com exceção do Conselheiro Antônio Maffezoli, que considerava a negativa um apego desnecessário a formalidades. Não havendo mais manifestação dos conselheiros, passou-se a escolha de vaga do empossado pela 14ª Defensoria-Geral. Passou-se a comunicação da Presidência. A Presidente informou que a Administração Superior e os três servidores escolhidos continuam monitorando o andamento do PL 40, que trata da remuneração dos servidores. Comunicou que esta semana esteve com o Vice-Procurador Regional Eleitoral para tratar de direito a voto de presos provisórios. Noticiou que a carteira funcional provisória será entregue aos conselheiros ao final da sessão e informou que já foi aberto expediente para que a carteira efetiva seja feita pela Casa da Moeda. A Secretaria informou as diligências cumpridas na ultima semana. O Conselheiro Octavio questionou a demora para credenciamento de estagiários. O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Ricardo Amorim, informou que o credenciamento dos estagiários segue regimento o texto da Lei complementar 988/06. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, solicitou a reflexão da Administração Superior quanto a forma de expansão da instituição, em especial pela ocupação do Fórum Butantã. A Presidente acompanhou a preocupação do Dr. Rafael Vernaschi e ressaltou que a iniciativa foi da Coordenação Regional, tendo em vista a importância de se apropriarem do espaço cedido a Instituição. Informou, ainda que o Juizado de Violência Doméstica lamentavelmente não há defensores públicos disponíveis. Registrou que a Administração Superior não tem intenção de sufocar as atribuições dos defensores públicos e está constantemente em contato com o Executivo para a expansão da Instituição. O Conselheiro Bruno acompanhou a preocupação e destacou o acúmulo de trabalho por conta de afastamentos. Considerou que a lotação do Defensor Público no Butantã não foi correta. A Conselheira Denise justificou a lotação do colega e ressaltou a importância da cessão do espaço. Prestou informações sobre as dificuldades de lotação no JVD. A Conselheira Juliana lamentou que a necessidade de expansão da instituição ainda ocorra de forma a prejudicar algumas regionais, como por exemplo o Júri, em que há ausência de Defensores Públicos em 3 varas. Parabenizou a Defensoria Geral pela conquista relativa à recomendação da Corregedoria do TJ-SP sobre a necessidade de ciência da Defensoria quanto às prisões em flagrante. O Conselheiro Pedro informou que houve reajuste nas empresas de transporte e sugeriu a reedição do ato DPG que estipula o valor





Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with circular marks around them.

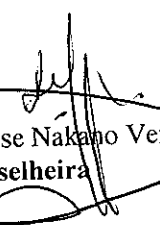
de reembolso. O Conselheiro Luis Cesar parabenizou os Defensores da Regional de Araçatuba pela iniciativa e conquista dos espaços no Fórum Regional. O Conselheiro Antonio propôs reunião externa na Regional de Ribeirão Preto. Sugeriu a data de 04/11/2011. O Conselheiro Luis Cesar comprometeu-se a verificar a melhor data na Regional e trazer na próxima sessão. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 315/11. Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de Remoção a pedido. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, homologar a desistência dos Defensores Públicos inscritos para o certame. CSDP nº 301/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor. Assunto: Recurso Administrativo em Conflito Negativo de Atribuições. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselheiro José Moacyr proferiu a leitura do voto pela manutenção do feito no Núcleo de Habitação e Urbanismo, entendendo que este é competente para tanto. O Conselheiro Octavio considera um prejuízo ao assistido alterar o núcleo. O Conselheiro Antonio considerou que houve erro material desde o início do feito e deve ser corrigido, pois o direito material deve ser respeitado. O Conselheiro Bruno destacou a importância da especialização do núcleo. O Conselheiro Pedro registrou a diferença entre um processo ao outro. A Conselheira Márcia ponderou que o posicionamento de levar em conta somente o interesse do usuário, poderá levar a situação de postura casual e defendeu que corrigindo o erro material o próprio usuário deve se sentir mais seguro. O Conselheiro Luis Cesar considerou importante discutir o que é mais favorável ao usuário, e isto significa que o mais importante é o bom atendimento e a transparência aos usuários, a fim de que compreenda que as alterações são necessárias para melhor andamento do pleito. O Conselheiro José Moacyr considerou que a análise do direito material, neste processo específico, não é a mais essencial, tendo em vista que, pela análise do direito material, ambos os núcleos seriam competentes. Defendeu que as atribuições não podem ser assumidas por Defensor Público que não possui a atribuição. A Conselheira Franciane indagou se mudar a competência do Núcleo de Habitação, agora, não seria o mesmo que ignorar o procedimento administrativo previsto no artigo 29 a 31 da deliberação 38, que deve ser observada pelos coordenadores, pois organiza e dirige o trabalho dos Coordenadores de Núcleos Especializados. O Conselheiro Pedro defendeu a manutenção dos dois processos no Núcleo da Habitação e Urbanismo porque depois de 3 ou 4 anos, com as inúmeras intervenções e amplo conhecimento do caso por aquele Núcleo, a redistribuição para outro Núcleo traria maior prejuízo aos assistidos. O Conselheiro Bruno considerou conveniente aos Coordenadores dos Núcleos discutirem a questão de atribuições, por meio de reuniões lavradas em ata. A Conselheira Luciana considera importante a preocupação ao usuário e ponderou que o Núcleo Especializado do Direito do Consumidor deve estar mais próximo dos usuários. A Presidente prestou esclarecimentos sobre o andamento do pleito desde o início, destacando que houve o contraditório e a ampla defesa. Parabenizou a todos pelo alto nível das discussões e encaminhou a votação. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite, negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Octavio Ginez de Almeida Bueno, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Pedro Antonio de Avellar e Franciane de Fátima Marques. CSDP nº 304/11. Interessado: Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor. Assunto: Recurso Administrativo em Conflito Negativo de Atribuições. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselheiro Pedro registrou a diferença do processo acima, visto que não há demanda ajuizada. A Presidente encaminhou a discussão. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Octavio Ginez de Almeida Bueno, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Pedro Antonio de Avellar e Franciane de Fátima Marques. CSDP nº 310/11. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2011-2013. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A Conselheira Juliana leu o voto vista de encaminhamento do feito à Defensoria Pública-Geral para elaboração de Plano Anual de Atuação, no prazo de 60 dias. Sugeriu que o Ciclo de Conferências seja realizado no início do ano, a fim de que as propostas aprovadas sejam analisadas e inseridas na proposta orçamentária. O Conselho Superior deliberou,

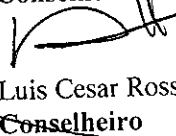
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller signatures and initials, including one that appears to be 'AA'. On the right side, there are more signatures, including one that looks like 'P' and another that is a simple 'S'. The signatures are scattered across the bottom of the page, some overlapping the text.

por unanimidade, nos termos do voto vista da Conselheira Juliana Garcia Belloque, encaminhar o feito à Defensoria Pública-Geral para elaboração de proposta de Plano Anual de Atuação. CSDP nº 316/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Tribunal do Júri: algumas reflexões e análises práticas", no período de 03 a 06 de outubro. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o voto. A presidente apresentou aos conselheiros o número de afastamentos de Defensores Públicos e informou que dois dos interessados no atual pedido se afastaram mais do que a média levantada. O Conselheiro Bruno ponderou que os afastados se baseiam em uma deliberação aprovada por este colegiado e por esta razão não pode ser negado. Sugeriu, assim como a Conselheira Juliana, a apresentação de uma nova regra para coibir abusos. Os Conselheiros José Moacyr e Franciane defenderam o afastamento, tendo em vista o cumprimento de todos os requisitos normativos, bem como aferição de conveniência e oportunidade realizada pelos coordenadores locais e EDEPE. A Presidente defendeu que o Colegiado deve analisar a conveniência e oportunidade e ponderou que o evento será realizado no período noturno e por esta razão os colegas afastados que forem do interior ficarão ociosos no período da tarde. A Conselheira Juliana sugeriu que o curso seja gravado e encaminhado aos colegas do interior. A Presidente informou que o curso será gravado e disponibilizado para a Defensoria Pública. O Conselheiro Bruno considerou que, apesar da relevância do curso, e tendo a análise da conveniência e oportunidade, é mais importante para instituição a permanência dos colegas em suas atividades. O Conselheiro Luis Cesar defendeu a avaliação da conveniência e oportunidade pelo colegiado. A Conselheira Juliana esclareceu que o curso foi elaborado e patrocinado pelo IDDD e IBCRIM em parceria com a Edepe, que cedeu o espaço em troca de vagas para Defensores Públicos, por esta razão, não caiba a Edepe a decisão dos horários do curso. A Presidente encaminhou a votação. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, indeferir o pedido de afastamento dos interessados, quais sejam: Marcelo Martiniano de Oliveira, Lucas Pampana Basoli, Diogo Cesar Perino e André Spilari Bernardi. Vencidos os Conselheiros Octayio Ginez de Almeida Bueno, José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata, Pedro Antonio de Avellar e Franciane de Fátima Marques. CGDP/CAEP nº 135/08 (excetuado à pauta). Interessada: Denise Melo Salazar. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação da interessada na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP/CAEP nº 004/10. Interessado: Douglas Tadashi Magami. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos trinta dias do mês de setembro do ano de 2011.


Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente

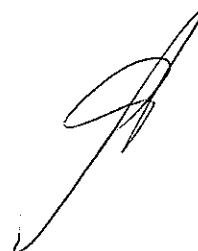

Marcia Regina Garutti
Conselheira


Denise Nakano Veronezi
Conselheira


Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro

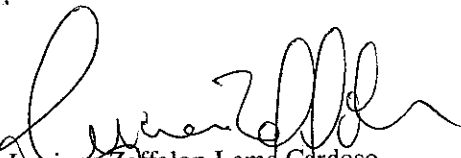






83

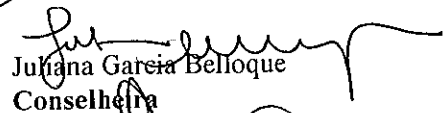
8



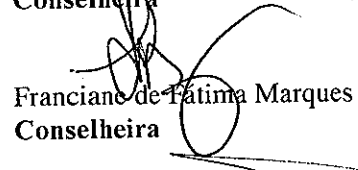
Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



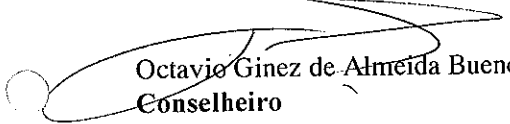
Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro



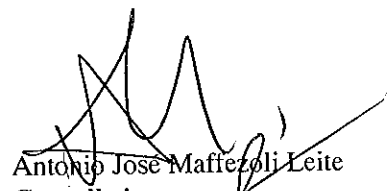
Juliana Garcia Belloque
Conselheira



Franciane de Fátima Marques
Conselheira



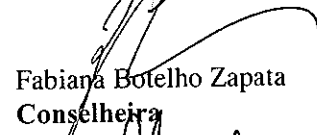
Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



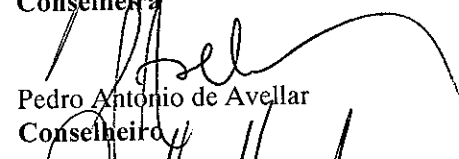
Antonio Jose Maffezoli Leite
Conselheiro



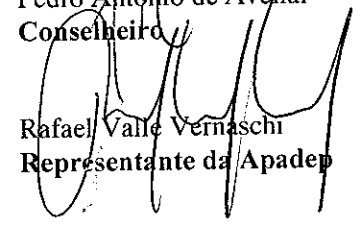
José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi
Representante da Apadep